

*Maria Francisca dos Santos Accioly*

Advogada

Mestre em Direito do Estado pela UFPR

Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela PUC-SP

Membro da Comissão da Advocacia Criminal da OAB/PR

# As medidas cautelares patrimoniais na lei de **lavagem de dinheiro**

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro

2014

Copyright © 2014 by Maria Francisca Accioly

Categoria: Direito Processual

Produção Editorial  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.  
Diagramação: Surama Cespedes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio  
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime  
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),  
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações  
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

DADOS INTERNACIONAIS DE  
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

A171m

Accioly, Maria Francisca dos Santos

As medidas cautelares patrimoniais na lei de lavagem de  
dinheiro / Maria Francisca dos Santos Accioly. – Rio de Janeiro :  
Lumen Juris, 2014.

173 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 143-155.

ISBN 978-85-8440-018-8

1. Processo penal – Brasil. 2. Medidas cautelares – Brasil.  
3. Lavagem de dinheiro – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD- 345.810268

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS .....	XVII
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL.....	5
2.1 Processo penal constitucional.....	5
2.2 Sistema processual: processo penal acusatório .....	8
2.3 Princípios processuais penais constitucionais .....	16
2.3.1 Princípio do devido processo legal.....	16
2.3.2 Princípio da presunção de inocência .....	19
2.3.3 Princípio da duração razoável do processo .....	24
3. MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS NO PROCESSO PENAL .....	29
3.1 Considerações iniciais .....	29
3.2 As medidas cautelares patrimoniais.....	34
3.2.1 Conceito .....	34
3.2.2 Pressupostos das medidas cautelares patrimoniais ...	37
3.2.3 Características das medidas cautelares patrimoniais .....	39
3.2.4 Critérios na adoção das medidas cautelares .....	47
3.2.5 Atuação jurisdicional <i>ex officio</i> .....	52
3.2.6 Poder geral de cautela no Processo Penal .....	56
3.3 Sequestro de Bens.....	60
3.3.1 Conceito .....	60
3.3.2 Objeto do sequestro.....	61
3.3.3 Índícios veementes .....	63
3.3.4 Decretação do sequestro.....	66
3.3.5 Levantamento do sequestro.....	77
3.3.6 Sentença condenatória e venda dos bens.....	81
3.3.7 Sequestro previsto no Decreto-Lei n.º 3.240/41 .....	83

3.4 Hipoteca Legal .....	85
3.4.1 Conceito .....	85
3.4.2 Objeto da especialização da hipoteca legal .....	86
3.4.3 Certeza da infração e indícios suficientes de autoria .....	87
3.4.4 Decretação da especialização da hipoteca legal .....	89
3.4.5 Cancelamento da especialização da hipoteca legal .....	92
3.5 Arresto de Bens.....	92
3.5.1 Conceito .....	92
3.5.2 Objeto .....	93
3.5.3 Decretação do arresto de bens móveis .....	94
3.5.4 Venda dos bens arrestados .....	95
3.5.5 Depósito e administração dos bens arrestados .....	96
3.5.6 Levantamento do arresto de bens.....	96
<b>4. MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS NA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO .....</b>	<b>99</b>
4.1 Considerações iniciais.....	99
4.2 Art. 4.º, <i>caput</i> , da Lei n.º 9.613/98 – Medidas assecuratórias .....	106
4.2.1 Medidas assecuratórias .....	106
4.2.2 Legitimidade ativa e passiva .....	107
4.2.3 Indícios suficientes.....	109
4.3 Art. 4.º, § 1.º e 4-A, §§, da Lei n.º 9.613/98 – Alienação antecipada .....	110
4.3.1 Alienação antecipada .....	112
4.3. Hipóteses de cabimento.....	114
4.3.3 Procedimento .....	116
4.4 Art. 4.º, § 2.º e § 3.º, da Lei n.º 9.613/98 – Liberação e Levantamento dos bens constrictos.....	122
4.4.1 Hipótese de liberação e levantamento dos bens constrictos .....	123
4.4.2 Inversão do ônus da prova .....	124
4.4.3 Rito – comparecimento pessoal do acusado.....	127

4.5 Arts. 5.º e 6.º, da Lei n.º 9.613/98 – Administração dos bens acautelados .....	129
4.5.1 Da administração judicial dos bens, direitos ou valores .....	130
4.6 Art. 8.º, da Lei n.º 9.613/98 - Medidas cautelares patrimoniais em matéria de cooperação jurídica internacional .....	133
4.6.1 Breves considerações sobre cooperação penal internacional .....	134
4.6.2 Constrição de bens, direitos ou valores oriundos de crimes praticados no estrangeiro.....	136
5. CONCLUSÃO .....	141
REFERÊNCIAS .....	143